

## SÃO LUÍS DO MARANHÃO E A PAISAGEM. PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE

José Marcelo do Espírito Santo

Das vistas da cidade de São Luís do Maranhão, realizadas na técnica de gravura, uma em 1642 pelo artista holandês Frans Post (fig. 1) e outra em 1864 por Manuel Ricardo Canto (fig. 2), permitem o entendimento das variáveis que envolveram a pintura de paisagem na arte ocidental e, principalmente, a compreensão das possibilidades oferecidas pela gravura paisagística como expressão plástica de registro da imagem e memória da cidade.

Sem utilizar os motivos considerados “dignos” pelas convenções artísticas do século XVII, ou idealizados conforme a metodologia acadêmica para a representação da paisagem do século XIX, as imagens de São Luís registram os principais elementos norteadores de sua paisagem urbana, cujo Centro Histórico foi classificado como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em dezembro de 1997.

A utilização da vista panorâmica como elemento de fixação e conservação do passado, através da fidelidade de uma imagem material, a fim de não permitir seu esquecimento, possibilitou a comparação da cidade antiga com o atual processo urbano de São Luís, que conseguiu preservar grande parcela da qualidade paisagística de seu Centro Histórico.

As ordens recebidas por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardièrre, da Rainha Maria de Médicis, quanto aos objetivos da missão a ser empreendida pelos franceses que se lançavam para o norte da América Portuguesa, deixaram claro os objetivos de criação e estabelecimento de um núcleo urbano francês em território lusitano, numa faixa litorânea tão bem conhecida por piratas franceses e ingleses que buscavam o caminho do Eldorado Peruano. Em 1604, o próprio La Ravardièrre foi um dos primeiros franceses a explorar a atual Guiana Francesa, a mando de René de Montbarrot, nomeado pelo Rei Henrique IV, responsável por todos os territórios compreendidos entre o Amazonas e a Ilha de Trinidad, reunidos no projeto conhecido como *França Equinocial*.

Em 8 de setembro de 1612, Ravardièrre fundou São Luís. O forte de Saint Louis, homenagem ao Rei-Menino Luís XIII, foi a principal construção francesa na Upaon Açú dos Tupinambás que, sempre mais simpáticos aos franceses que aos lusitanos, aproximaram suas construções de pau e folha de pindoba no entorno do forte, formando, juntamente com barracões de madeira para a guarda de mercadorias construídos pelos recém chegados, o embrião da primeira praça da cidade, hoje denominada Pedro II.

Em 1614 chegaram reforços franceses de nobres, artesãos, mulheres e padres para a catequese, ao mesmo tempo em que os portugueses passaram a se preocupar com a proteção do litoral norte e nordeste, quando Recife, Natal e Fortaleza



ganharam fortificações executadas pelo Engenheiro-Mor do Brasil Francisco Frias de Mesquita.<sup>1</sup>

Jerônimo de Albuquerque, enviado de Recife pelo governo português para retomar o domínio lusitano no litoral norte, expulsou os franceses em 1615. Para garantir e oficializar o domínio português, São Luís passou por organização administrativa, quando Frias de Mesquita executou uma traça (do espanhol, *traza*) para o desenvolvimento da futura cidade: o plano urbanístico que deveria orientar o seu crescimento. A União Ibérica, entre 1580 e 1640, quando a Coroa Portuguesa esteve sob domínio espanhol, determinou um desenho próprio e particular ao núcleo urbano tomado pelos portugueses aos fundadores franceses.

Frias de Mesquita adotou as *Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población y Pacificación de las Indias*, de 1573, incluídas nas Ordenações (ou Instruções) Filipinas que, no campo urbanístico, refletiram as expectativas renascentistas de beleza, simetria e ordenação racional dos espaços públicos, surgidas a partir da descoberta da perspectiva.

Fruto da experiência colonizadora espanhola na América e “primeira lei urbanística da idade moderna”<sup>2</sup>, as Ordenações Filipinas transformaram-se no principal mecanismo colonizador espanhol sobre suas colônias: “A colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados”.<sup>3</sup>

O conjunto de regras codificado por Felipe II e imposto pelas autoridades espanholas provém das cidades medievais fundadas no final do século XIII, acrescido de informações provenientes da redescoberta do *De Architectura*, texto de Vitruvius Pollus, e de aspectos da cultura renascentista dos tratados de Leon Batista Alberti (1404-1472), o mais importante teórico da arte do período. Estes elementos acentuaram a regularidade ortogonal da nova cidade: a simetria e a busca pela perspectiva geométrica aplicada às extensas linhas visuais na paisagem urbana.<sup>4</sup>

Assim como em Guadalajara (1530, México), Quito (1534, Equador) e Caracas (1567, Venezuela), o conceito da nova cidade americana necessitava de um modelo ilimitado, sem muros ou fossos de defesa. Neste momento surgiram a quadra regular a ser dividida em lotes, para ocupação a médio e longo prazo, e o *rossio*, elemento de transição entre o urbano e a mata, quebrando o contraste cidade-campo.

1. F. Marques de Sousa Viterbo, *Dicionário histórico e documental dos arquitetos, engenheiros e construtores portugueses: ou a serviço de Portugal*, Lisboa, s.c.p., 1899-1922, 3 vols.

2. Leonardo Benevolo, *História da cidade*, 2. ed., São Paulo, Perspectiva, 1993, p. 487.

3. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 18. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1984, p. 62.

4. Camillo Sitte, *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, São Paulo, Editora Ática, 1992 (Série Temas, 26, Arquitetura e Urbanismo).



Marcando o domínio físico de um novo núcleo urbano sobre a cultura indígena encontrada na América, as Instruções Filipinas, recompiladas em 1681 como *Leyes Generales de Los Reynos de Las Indias*, determinaram aos colonizadores e governadores que só era permitida a exploração econômica das novas terras ou a catequese dos indígenas, à obediência da Metrópole e da Igreja, após a conclusão do povoamento de fato, com a construção dos arruamentos mínimos e das principais edificações governamentais.

Em São Luís essa mesma marca urbanística foi deixada por Frias de Mesquita como norma, numa traça, um plano regulador em duas dimensões, que formaria um novo tipo de cidade, não mais projetada de forma tridimensional.

Ao abrigar a população de São Luís, então formada por índios, portugueses e colonos franceses remanescentes, esse traçado urbano foi implementado a ponto de, quando da invasão holandesa, ser registrado na que é considerada sua mais antiga planta.<sup>5</sup>

As *plazas mayores e plazas de armas* espanholas, as ruas ortogonais orientadas de acordo com os pontos cardeais e as fachadas dos edifícios, que deveriam ser concebidas com o máximo de regularidade, simetria e belas visuais, marcaram o modelo urbanístico espanhol em suas cidades coloniais.

São Luís apresenta em seu Centro Histórico o mesmo modelo da Plaza Mayor, contendo os principais edifícios administrativos: o Palácio dos Leões (antigo Palácio dos Governadores), a Arquidiocese e a Catedral da Sé (principais edifícios religiosos), o Palácio La Ravardière, sede da Prefeitura Municipal (antiga Casa de Câmara e Cadeia) e, já no século XX (mantendo o mesmo caráter de espaço centralizador dos poderes do logradouro), o Palácio da Justiça.

Seu desenvolvimento físico deu-se através de um arruamento ortogonal, com orientação pelos pontos cardeais, favorecendo a insolação e ventilação uniformes de todas as edificações, cujas fachadas regulares e simétricas ocupam toda a testada principal do lote, sem recuos frontais.

Em seu desenvolvimento a cidade manteve este modelo urbano ao longo dos séculos XVIII e XIX, à medida em que expandia em direção ao interior da ilha. A partir do traçado regular original, a formação e o desenvolvimento dos espaços públicos e privados em São Luís prosseguiram de forma diversa do modelo dos logradouros coloniais do resto do país, tipicamente portugueses: "se o descobridor lusitano era um homem do Renascimento, como urbanista era um homem da Idade Média, abrindo ruas ao gosto da topografia local e sem o menor cuidado com dimensões regulamentadoras".<sup>6</sup>

A invasão holandesa no Maranhão aconteceu em 25 de novembro de 1641. As 14 naus comandadas pelo Almirante Jon Cornellizon Lichthardt e pelo Coronel Koin

5. Alfredo Viana de Lima, *Rapport et propositions pour la conservation, recuperation et expansion- São Luís / Maranhão*, Porto, Relatório / UNESCO, 1973.

6. Murilo Marx, *Cidade brasileira*, São Paulo, Melhoramentos, 1980, p. 45.



Anderson desembarcaram parte de seus dois mil soldados na praia do Desterro, dominada visualmente pela Igreja de Nossa Senhora do Desterro, um dos primeiros edifícios saqueados. Após dirigirem-se ao interior da Província, os holandeses permaneceram no Maranhão por apenas 27 meses, pois foram expulsos em 28 de fevereiro de 1644. Se pouco tempo permaneceram, coube a eles o registro da mais antiga vista da cidade e de sua mais antiga planta.

A vista de Frans Post pertence ao conjunto de gravuras da obra de Gaspar Barleus, responsável pelo registro do governo holandês no Brasil. “A iconografia e a cartografia holandesas começaram a ser conhecidas no Brasil exclusivamente em função da história do governo de Nassau escrita por Barleus (1647), da *História Natural do Brasil* de Piso e Markgraf (1648), e subsidiariamente da *Istoria* de Frei Santa Teresa (1698), que reproduzira mapas de Vingboons e desenhos de Post”.<sup>7</sup>

O livro do poeta Gaspar Barleus (Caspar Van Baerle ou Barlaeus, 1584-1648), *Rerum per Octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum*<sup>8</sup>, encomendado por João Maurício de Nassau-Siegen não apenas para registrar seus feitos na América e mostrar na Europa os novos domínios holandeses, mas também para defender-se das críticas contra a onerosa Companhia das Índias Ocidentais (West Indische Compagnie, WIC), fundada em 1621.

O último trabalho citado pelo autor pernambucano é a *Istoria delle Guerre del Regno del Brasile: accaduto tra la Corona de Portogallo e la Republica de Olanda do frade carmelita* Giovanni Gioseppe di Santa Teresa, publicado em Roma, em 1698, que apresenta reproduções de plantas do cartógrafo e desenhista holandês Johanes Vingboons e das gravuras de Frans Post. Assim podemos atribuir a vista Maragnon da cidade de São Luís ao artista Frans Post (fig.1), e sua planta, a Vingboons.

Johanes (Jan ou Joan) Vingboons, cartógrafo a serviço de Maurício de Nassau, foi o autor do mais antigo mapa registrando a Ilha de Manhattan (New Amsterdam), em 1639 (Biblioteca do Congresso Americano) e de uma vista da mesma ilha por volta de 1660 (Algemeen Rijksarchief Collection).

Frans Janszoon Post (1612-1680) esteve presente no Nordeste brasileiro entre 1636 e 1644. Registrou, no trabalho de Barleus, 56 estampas gravadas com plantas, mapas e vistas da região explorada e colonizada pelos holandeses do Maranhão ao Rio São Francisco (cujos originais estão preservados no Museu Britânico de Londres). Pintor nascido no Haarlem, berço holandês da pintura de paisagem, fez parte da primeira viagem da Companhia das Índias Ocidentais, registrando a flora e a fauna, e tornou-se o primeiro europeu a pintar paisagens do Novo Mundo.<sup>9</sup>

7. Evaldo Cabral de Mello, *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*, 2. ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, p. 59.

8. Casparis Barlaei, *Rerum per Octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum* Sub Praefectura Illustissimi Comitiss I. Mavritii, Nassoviae & Comitiss, Nunc Vesaliae Gubernatoris & Equitatus Foederatorum Belgii Ordd., sub Auriaco Ductoris, Historia, Amsterdam, Ex Typographeio Ioannis Blaev, 1647.

9. Joaquim de Sousa-Leão, *Frans Post: 1612-1680*, Amsterdam, Ed. A. L. Van Gendt & CO., 1973.



A cidade de São Luís encontrada pelos invasores holandeses certamente muito se aproximava da traça deixada por Frias de Mesquita, tendo em vista a regularidade de sua pequena malha viária. Conforme Lima “o perímetro urbano estava compreendido entre a rampa do Palácio e rua Formosa (Afonso Pena) chamada Estrada Real, os subúrbios começando no Convento do Carmo, ficando o de Santo Antônio atual (então de Santa Margarida) no meio do mato”.<sup>10</sup>

Existiam três construções militares a partir do Forte de São Luís – rebatizado pelos portugueses como São Felipe –, na área hoje ocupada pela praça Pedro II e em cujas bases se ergueu o atual Palácio dos Leões. O Forte do Sardinha (na ponta de São Francisco, na outra margem do rio Anil), erigido por Alexandre de Moura, e o de São José de Itapari (próximo a atual cidade de São José de Ribamar) complementavam a defesa da cidade.

“Os edifícios religiosos eram o Convento de São Francisco, a igreja de N. S. da Guia, na ponta do Bonfim, o primeiro Convento do Carmo, no sítio de Mr. Pinau, na atual rua do Egito, e, mais tarde, em 1627, o atual – o Carmo Novo – no lugar onde houvera uma capela sob invocação de Santa Bárbara. A igreja do Desterro denominava-se de São Jorge, as casas eram de taipa e cobertas de palha, inclusive o palácio do governo, e as ruas não passavam de veredas, poucas e desalinhas”.<sup>11</sup>

O historiador maranhense Mário Martins Meireles comentou a gravura de Post publicada no livro de Barleus. Mais do que permitir a identificação do plano original de Frias e de relacionar as bases do desenho urbano do Centro Histórico de São Luís, a imagem, comparada à gravura da cidade do século XIX, apresenta a mesma configuração urbana, ainda com os edifícios religiosos marcando a paisagem da cidade.

É por essa imagem preservada através da pintura de paisagem, mais especificamente das duas vedutas, que podemos compreender parte do valor dado pela UNESCO ao incluir São Luís entre os sítios que compõem o Patrimônio Mundial.

A imagem de Frans Post foi captada da entrada da barra, no momento em que a esquadra holandesa tomava o porto maranhense, no trecho hoje compreendido pelo Portinho (Terminal de Pesca da cidade). A imagem utilizada foi retirada da obra de Barleus (edição da Prefeitura Municipal de Recife, 1980) mas com as informações a partir da análise da obra de Frei Santa Teresa, que reproduz a vista de Post (reprodução de Andreas Horaty e gravação de H. Vicente). Da legenda dessa imagem, Meireles<sup>12</sup> destaca:

A. *Fluvy ostium* – a entrada da Barra, formada pelos rios Anil e Bacanga;

B. *Scopulus* – escolho (Coroa de Minerva que ainda hoje dificulta o acesso ao Portinho);

10. Carlos de Lima, *História do Maranhão*, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1981, p. 58.

11. Carlos de Lima, *op. cit.*, p. 59.

12. Mário Martins Meireles, *Holandeses no Maranhão: 1641-1644*, São Luís, EDUFMA, 1991, pp. 51-57.





C. *Urbs S. Lodovici* – o perfil da cidade;

D. *Castrum* – muros da Fortaleza (Forte de Saint Louis, agora rebatizado como de São Felipe);

E. *Suggestus torm. ad pedem montium iurta littus* – Bateria na praia (atual baluarte) e sem identificação, a Igreja da Misericórdia (atual Igreja da Sé);

F. *Sacella in montibus posita* – igrejas de São Francisco e Santiago, hoje inexistentes;

G. *Classis portum subiens* – frota holandesa, que entra no porto da cidade;

H. *Locus extcensionis nostroru* – ponto de desembarque holandês.

A vista da cidade do artista Manoel Ricardo Canto apresenta-se numa litogravura de 1864, impressa na Alemanha por Th. Müller & Gluck (fig. 2). Compõe a “Coleção de Gravuras Arthur Azevedo”, conjunto de aproximadamente 16 mil imagens em técnicas e temas diversos, agrupadas pelo colecionador e teatrólogo maranhense. Adquirida em 1910 pelo Governo do Maranhão, compõe hoje o acervo da Pinacoteca do Palácio dos Leões, edifício sede governamental. Infelizmente desconhecemos dados biográficos e da produção deste artista, que o pesquisador Moreira Filho<sup>13</sup> grafa como *Manuel Ricardo Couto* em publicação sobre a referida coleção de gravuras e estampas.

Da gravura de Canto (ou Couto) destaca-se o mesmo conjunto urbano atual da capital maranhense, com igual conjunto de igrejas que marca seu *skyline*. A partir da antiga fortaleza francesa, já como Palácio dos Governadores (atual Palácio dos Leões), destacam-se (com respectivas datas do início de sua construção) : Igreja da Sé (1690), Igreja do Carmo (1623), Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1772), Capela do Recolhimento de Santa Teresa (Anunciação e Remédios) (1753), Igreja de São João (1665), Igreja de Santo Antonio (entregue aos fiéis em 1867, portanto ainda em construção) e Igreja e Largo dos Remédios (1719).

Os critérios para a inclusão de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial consideraram seu Centro Histórico como representativo do desenvolvimento da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo de uma determinada época, testemunho excepcional de uma tradição cultural e de uma civilização e exemplo de conjunto arquitetônico ou de paisagem urbana que ilustra um dos momentos significativos da história da humanidade.

Dois fatores justificaram a inclusão: o desenho urbano ainda original do Centro Histórico e o conjunto de arquitetura civil, influenciado pelo projeto Pombalino da reconstrução de Lisboa<sup>14</sup>, elementos adequados a três dos pontos básicos definidos pela UNESCO:

The Historic Centre of Sao Luis Brazil 821: Criterea (iii)(iv)(v). The Committee decided to inscribe this property on the basis of criteria (iii), (iv) and (v), considering that the Historic Centre of São Luis do Maranhão is an outstanding example of a

13. Eliézer Moreira Filho, *Coleção Arthur Azevedo de Gravuras: São Luís – Maranhão*, São Luís, Secretaria de Estado da Cultura, 1999, p. 34.

14. José-Augusto França, *Lisboa pombalina e o Iluminismo*, 2. ed., Lisboa, Bertrand, 1977.



Portuguese colonial town that adapted successfully to the climatic conditions in equatorial South America and which has preserved its urban fabric, harmoniously integrated with its natural setting, to an exceptional degree. (Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. World Heritage Committee – 21<sup>a</sup> session (Naples, Italy) 1-6 December 1997 – UNESCO – 27 February 1998).

Além da arquitetura produzida nos séculos XVIII e XIX e do próprio desenho inovador utilizado na Colônia Portuguesa por Frias de Mesquita e preservado ao longo de sua existência, São Luís conservou também sua paisagem urbana, apesar do surgimento dos poucos referenciais modernos sobre a malha urbana tradicional, como o edifício João Goulart (atual sede do INSS) e do edifício-sede do Banco do Estado do Maranhão (BEM) que, juntamente com o edifício Caiçara (residencial), representaram a tentativa de modernizar a cidade nas décadas de 50 e 60.

